



ATA

Aos catorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro.-----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----INTERVENÇÕES-----

1 - Vereador Bruno Fernandes – Referindo-se à política ambiental da Autarquia, mostrou-se preocupado com a ausência de informação sobre a implementação do plano de ação para o Rio Ave, recordando o plano dado a conhecer à Câmara Municipal em fevereiro de 2015 e elaborado numa reação a uma descarga por parte de uma empresa. Continuou, dizendo que, volvidos cerca de quatro anos, importa perceber se os objetivos definidos foram alcançados ou se não passou de mais um plano de boas intenções. Assim, solicitou um ponto de situação deste plano de ação, classificado pelo Presidente da Câmara como estratégico, perguntando, designadamente, o que foi feito pela VIMÁGUA e pela Águas do Norte no que respeita ao redimensionamento das infraestruturas, o que mudou ao nível da fiscalização de empresas poluidoras, entretanto identificadas, que projetos foram candidatados a financiamento comunitário tendo como elemento

comum o rio Ave e que campanhas de sensibilização e de comunicação foram lançadas junto da população na defesa do rio. Disse, ainda, que o entusiasmo demonstrado aquando das duas reuniões realizadas nos meses de fevereiro e março de 2015, e que culminou com a elaboração do plano de ação, parece ter esmorecido. Por último, perguntou se o Presidente da Câmara estava de acordo que o Governo ainda não tenha cumprido uma resolução da Assembleia da República que, por unanimidade, recomendou ao Governo, em 2017, a implementação de um plano de despoluição e recuperação ambiental da bacia hidrográfica do rio Ave, perguntando, também, se estava disponível para se juntar à Coligação Juntos por Guimarães numa posição conjunta exigindo que o Governo cumpra uma resolução unânime da Assembleia da República. -----

2 - Vereador Ricardo Araújo – Perguntou por que motivo os apoios aos clubes desportivos ainda não foram aprovados pela Câmara Municipal, contrariando o respetivo Regulamento que dispõe que esses apoios devem ser pagos até 31 de janeiro de cada ano. -----

3 – Presidente da Câmara – a) – Sobre a intervenção do Vereador Bruno Fernandes disse que o plano de ação para a despoluição do Rio Ave estava a ser implementado, assim como para todas as linhas de águas do concelho. Reconheceu que este é um trabalho com muita densidade e pormenor, aliando o conhecimento científico de diferentes investigadores associados ao Laboratório da Paisagem, Universidade do Minho e Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, numa cooperação para o desenvolvimento da Estrutura de Missão 2030. Informou que no final da reunião iria entregar uma informação contendo o ponto de situação deste plano de ação. Esclareceu que o Governo, através da Agência Portuguesa do Ambiente, tem estado a trabalhar em proximidade com as autarquias neste âmbito, concretamente com Guimarães e Vizela. Sobre as questões de divulgação e



pedagogia disse que o enfoque essencial tem sido nas comunidades educativas e nas Juntas de Freguesia, numa ação dirigida às Brigadas Verdes, constituídas por cidadãos, para um ambiente mais saudável. Continuou, referindo que o objetivo é o desenvolvimento sustentável, num processo longo, que obriga, essencialmente, à interiorização de problemas para a humanidade como as alterações climáticas e o excesso de carbono para a atmosfera. Disse que o entusiasmo não está arredado, insistindo na ideia de que o exemplo parte de toda a sociedade, e não só do Executivo, sendo de grande importância para o caminho que o concelho de Guimarães está a percorrer. Incitou a Vereadora Adelina Paula Pinto a despoletar na comunidade educativa a compaixão por todos os seres vivos, acrescentando que a produção animal contribui para o agravamento da pegada ecológica, defendendo, neste contexto, a reeducação alimentar e a ideia de que a alimentação humana deve ser menos à base de produtos animais e mais rica em vegetais. Por último, esclareceu que estará sempre na defesa dos interesses de Guimarães, independentemente da cor partidária do Governo;

b) – Sobre a intervenção do Vereador Ricardo Araújo disse que a proposta relativa aos apoios aos clubes desportivos estava a ser analisada juntamente com o Vereador Ricardo Costa, nomeadamente quanto à decisão sobre os processos que visam a construção de relvados sintéticos a executar neste ano, tendo em conta a sustentabilidade financeira do Município. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do ofício da Assembleia Municipal n.º 11, datado de 4 de fevereiro de 2019, que comunica a aprovação, em sessão realizada no passado dia 28 de janeiro, da seguinte proposta: “Processo de Descentralização – Transferência de Competências em Diversos Domínios de Atuação do Estado”. -----
2. Das declarações previstas no art.º 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de

fevereiro, que se dão aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. -----

3. Da Listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 24.º do Regulamento de Execução Orçamental da Câmara Municipal de Guimarães – ano 2019, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

4. Da seguinte informação: "**Requalificação e Ampliação da Escola de Fafião - Briteiros Santo Estêvão - Informação de Início de Procedimento – 1.**

Atenta a necessidade de executar a obra de: Requalificação e Ampliação da Escola de Fafião – Briteiros Santo Estêvão, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar, fundamentada em informação datada de 19 de dezembro de 2018 com despacho do Sr. Presidente da Câmara de 10 de janeiro de 2019. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €676.173,77 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.1.1.2.75 do Plano Plurianual de Investimentos. 2. Para cumprimento do nº7 do artigo 17º e nº3 do artigo 47º do CCP, fundamenta-se a fixação do valor estimado do contrato conforme informação prestada pelo projetista em 13/12/2018. 3. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. 4. Atendendo que a presente empreitada se desenvolve num único edifício, e que os vários projetos das especialidades que a constituem se encontram numa relação de grande dependência, necessitando de coordenação permanente na sua execução; 5. Considerando que a separação dos projetos das especialidades



poderá causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante, bem como tornar excessivamente difícil alocar as responsabilidades individuais por incumprimento contratual e responsabilidades no âmbito de garantias de obra; Ante o exposto, verifica-se que a possibilidade de faseamento dos trabalhos definidos no projeto de execução, por entre várias equipas de empreiteiros, comprometeria seriamente a execução do contrato, bem como a tornaria tecnicamente impraticável. Deste modo as prestações que abrangem o objeto do contrato são técnica e funcionalmente incindíveis pelo que de acordo com a alínea a) do nº2 do artigo 46º-A do CCP não deverá ser efetuada a contratação por lotes. 6. De acordo com o n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, é designado a técnica Ana Teresa Oliveira como gestor do contrato para o presente procedimento. 7. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €676.173,77 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 300 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 7. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe da divisão de empreitadas; b) Vogal – Luís Filipe Vieira Teixeira - Técnico Superior da divisão de empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe da divisão jurídica; Suplentes - a) Vogal: Ana Filipa Delca Santos - Técnica Superior da divisão de empreitadas; b) Vogal: Gilberto Fortunato Costa Fernandes - Técnico Superior da divisão de empreitadas.” -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 2019. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem

do Dia da presente reunião. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação por não ter estado presente na reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS – REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA FREITAS E FERNANDES PARA INSTALAÇÃO DA UNIVERSIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS – S. SEBASTIÃO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte

proposta: “No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2019 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €1.000.000 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.1.3.10. Com vista a ser adjudicada a empreitada a “Construções F. M. Magalhães, Lda.” conforme proposto pelo júri do procedimento em 25 de janeiro de 2019, pelo preço de €891.717,47 + IVA e atento o plano de pagamentos da respetiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: **Ano de 2019** - €776.895,85 + IVA = €823.509,60; **Ano de 2020** - €114.821,62 + IVA = €121.710,92”. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer à equipa projetista da obra. -----

OBRAS PÚBLICAS – REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA FREITAS E FERNANDES PARA INSTALAÇÃO DA UNIVERSIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS – S. SEBASTIÃO – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO - Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao

concurso público identificado em assunto, em anexo, propondo que a empreitada “Reabilitação de edifício da antiga fábrica Freitas e Fernandes para instalação da UNU – S. Sebastião” seja adjudicada ao concorrente “Construções F. M. Magalhães, Lda.”, pelo preço de €891.717,47 + IVA, sendo o prazo de execução de 270 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. O Relatório Final e a Minuta do Contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.



11.

me

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer à equipa projetista da obra. ---

FREGUESIAS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS EM MATÉRIA DE LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS E DE REALIZAÇÃO DE PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO DE 2019 – Presente a seguinte proposta: “Considerando a importância de uma prestação de serviços orientada pela qualidade e eficiência e configurada na ótica dos principais utilizadores – cidadãos, empresas e instituições, bem como a necessária consolidação de um trabalho em rede entre a Câmara Municipal e as Freguesias, norteado pela preocupação em servir os Municípios com um maior grau de eficiência nas diversas áreas de atuação, justifica-se o reforço das competências das Freguesias através de contratualização, no quadro de legislação em vigor. Estabelece o art.º 38º da Lei 50/2018, de 16 de agosto, que as freguesias têm um conjunto de competências a transferir pelos municípios e o nº 2 do art.º 39º do mesmo diploma dispõe que tais competências são transferidas através da celebração de contrato interadministrativo entre municípios e freguesias. Assim, verifica-se a necessidade de se transferir, desde já, as competências em matéria de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros e de realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, previstas nas alíneas b), e) e f), do nº 2, do aludido art.º 38º, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração de contratos interadministrativos com as 48 Freguesias do Concelho, conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), bem como a transferência das correspondentes verbas, no ano civil de 2019, por conta das competências a delegar, cujo

valor anual atinge o montante global de €600.000,00, conforme discriminado no mapa em anexo (**Doc. 2**). Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.
DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEITÕES, OLEIROS E FIGUEIREDO E UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO S. SALVADOR E GONDOMAR - APOIO PARA A INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FITNESS – Presente a seguinte proposta: “Tendo sido uma prioridade do Município de Guimarães dotar os parques de lazer existentes no nosso concelho, com equipamentos desportivos para o bem-estar físico dos munícipes que os utilizam diariamente. Nos dias de hoje, é fundamental todas as pessoas praticarem atividade física, com claros benefícios para a sua saúde. Os equipamentos de fitness são dos mais utilizados nos nossos espaços de lazer, e podem ser utilizados por todos os escalões etários da nossa população. São equipamentos simples, em que os utilizadores realizam exercícios físicos que respondem muito bem à maioria das suas necessidades e podem ser utilizados em todas as épocas do ano, e não são conhecidas restrições pela sua utilização. Assim, pretende-se dotar os Parques de Lazer de Oleiros, Souto Santa Maria e Gondomar de equipamentos de fitness, respondendo aos anseios das suas populações. Neste sentido, proponho a atribuição dos seguintes apoios financeiros: 1 – União das Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo - €4.255,00; 2 – União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar - €8.510,00.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE ALDÃO – RETIFICAÇÃO DE SUBSÍDIO PARA DELEGAÇÃO E COMPETÊNCIAS - OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS EM



DIVERSAS RUAS – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a **Freguesia de ALDÃO** para a execução de obras de construção de passeios (e trabalhos complementares) em diversas ruas, nomeadamente: Rua D. Afonso Henriques, Rua Dr. Alfredo Pimenta, Rua Egas Moniz e Rua Dona Teresa, mediante a transferência de uma verba no valor de **€70.975,44**, tendo sido já pago o valor de €55.886,96 e estando por pagar o remanescente, no montante de €15.088,48. Verificou-se, entretanto, que as ruas em causa são do domínio municipal, estando, assim, classificada como Estrada ou Caminho Municipal, pelo que, o apoio não configura um subsídio, mas sim uma delegação de competências. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a revogação das deliberações acima identificadas, bem como a aprovação da delegação de competências na **Freguesia de Aldão** para execução das referidas obras, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, transferindo uma verba no valor de **€70.975,44**, mediante celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. A verba será paga mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE RONFE – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E SUBSÍDIO – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE 27 DE ABRIL DE 2017 – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal, em sessão realizada em 26 de maio de 2017, sancionou a deliberação da

Câmara Municipal aprovada em 27 de abril de 2017, que aprovou a celebração de um Contrato de **Delegação de competências** com a Freguesia de **Ronfe**, para execução da obra de pavimentação da Rua do Outeiro de Baixo, Travessa 24 de junho e acesso ao Parque Infantil do Covelo, mediante a transferência de uma verba de **€28.813,35**, tendo sido já pago o valor de **€14.621,12** e estando por pagar o remanescente, no montante de **€14.192,23**. A Assembleia Municipal, em sessão realizada em 25 de setembro de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal aprovada em 6 de setembro de 2018, que aprovou uma revisão ao contrato celebrado com a freguesia de Ronfe em 13 de setembro de 2017, em que o prazo termina em 31 de dezembro de 2018". Entretanto, verifica-se um lapso quanto à dominialidade da Travessa 24 de junho e Rua Outeiro de Baixo, que são da freguesia e não municipais, pelo que, o valor atribuído para as obras nestas vias configura subsídio e não delegação de competências. Assim: **a) O apoio a título de Delegação de competências** deve manter-se para as obras no acesso ao parque Infantil do Covelo, no **valor de €7.370,76**; **b) A verba para as obras na Travessa 24 de junho e na Rua Outeiro de Baixo, no valor de €21.442,59**, deve ser considerado **subsídio**. Tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a revogação das deliberações acima identificadas, aprovando-se agora o apoio de **delegação de competências**, no valor de **€7.370,76**, destinado às obras no acesso ao parque Infantil do Covelo, **bem como a aprovação do subsídio** na Freguesia de Ronfe, para execução das obras na Travessa 24 de Junho e na Rua Outeiro de Baixo, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, transferindo uma verba **no valor de €21.442,59** mediante a celebração de Contrato de Atribuição de Subsídio. As referidas verbas serão pagas



mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE SILVARES – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – DELIBERAÇÃO DE 31 DE OUTUBRO DE 2018 – PRIMEIRA REVISÃO –

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 10 de dezembro de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 31 de outubro de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Silvares, para execução das obras de reconstrução dos passeios na Urbanização da Cerca e na Urbanização de Santa Apolónia, com uma verba no valor de €39.489,49. O Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível concluir a obra de reconstrução dos passeios na Urbanização da Cerca, solicitando assim a alteração do prazo do respetivo Contrato, de forma a concluí-la durante o ano de 2019, sendo que em 2018 executou as obras na Urbanização de Santa Apolónia, correspondendo-lhe o valor de €17.379,26. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo, a aprovação de uma revisão ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, nos termos da Cláusula 12ª, alterando-se a Cláusula 8ª da seguinte forma: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2019”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO “CASA COMUM DA HUMANIDADE” E O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES –

Presente a seguinte proposta: “Com o objetivo de visar a construção de uma nova arquitetura de relacionamento internacional baseada na consagração

do conceito de Sistema Terrestre no ordenamento jurídico internacional com vista à construção de um sistema de gestão e manutenção do estado favorável correspondente ao período geológico do Holoceno. E ainda com o objetivo de reconhecer do estado favorável do Sistema Terrestre como Património Comum da Humanidade que, por sua vez, deve ser utilizado como o suporte legal para um novo sistema de governação, incluindo um sistema de contabilidade de contributos ecológicos que assegure a manutenção do estado favorável à vida humana. Considerando as atribuições do Município de Guimarães, previstas no art.º 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente nas áreas da proteção ambiental, promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território, e as competências da Câmara Municipal em constituir parcerias para assegurar estes objetivos através do levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município (al. t) do n.º 1 do art.º 33.º do mesmo diploma legal); Submete-se para ratificação do executivo da Câmara Municipal, o protocolo em anexo com vista a prossecução da missão da CCH, constante do art.º 4º dos respetivos Estatutos, bem como contribuir para a elaboração dos documentos estratégicos no âmbito da Estrutura de Missão para o Desenvolvimento Sustentável – Guimarães 2030.” Ao referido Protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PROPOSTA PARA ABERTURA DE CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO DE FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE, CELEBRADO PELA CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE -



1.

[Handwritten signature]

CONSULTA PRÉVIA N.º 14/19 – Presente a seguinte informação: “Submete-se, para aprovação superior, a abertura do procedimento identificado em epígrafe, bem como o convite e caderno de encargos, anexos, à presente informação: **1. Objeto:** Aquisição de serviços – Fornecimento de energia elétrica, para o Município de Guimarães. **2. Período de vigência:** 1 ano, renovável nos termos da lei. **3. Preço base:** €10.545.856,58 + IVA (6% e 23%), calculado a partir dos consumos de energia verificados no último ano, os preços das propostas qualificadas no Acordo-Quadro, inclui também os valores tabelados pela ERSE e o valor da contribuição audiovisual, sendo: **Lote 1: Energia elétrica, edifícios e iluminação pública - BTN e IP:** €8.646.791,60 + IVA; **Lote 2: Energia elétrica, edifícios - BTE:** €1.262.569,44 + IVA; **Lote 3: Energia elétrica, edifícios - MT:** €636.495,54 + IVA. Foi verificado o cumprimento do n.º 1, do artigo 63.º da LOE. **4. Classificação económica:** 020201, 0602010199 e 020225. **5. Cabimento orçamental:** Proposta de cabimento n.º 893/19. **6. Procedimento:** Consulta prévia, prevista no n.º 1, artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos. **7. Entidade adjudicante:** Município de Guimarães. **8. Órgão com competência para a decisão de contratar:** Câmara Municipal. **9. Gestor do contrato:** Ana Catarina Ribeiro, Técnica Superior do Departamento de Obras Municipais. **10. Fornecedores a consultar:** Galp Power, SA; EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.; Endesa Energia SA – Sucursal Portugal; HEN – Serviços Energéticos, Lda. **11. Júri: Efetivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro e de Desenvolvimento Económico, em regime de substituição; **Vogais:** - Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica, em regime de substituição; - Maria Fernanda Fernandes Castro, Chefe da Divisão de Empreitadas; **Suplentes: Presidente** - Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica, em regime de substituição; **Vogais:** - Sónia Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação

Pública e Gestão de Financiamentos; - Luís Filipe Vieira Teixeira, Técnico Superior. **12. Repartição de encargos** - Considerando que o contrato implica despesas plurianuais, submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal delibere aprovar, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, a correspondente repartição de encargos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, nos seguintes termos: **Ano 2019: €980.575,20 + IVA; Ano 2020: €4.251.236,17 + IVA; Ano 2021: €4.251.236,17 + IVA; Ano 2022: €1.062.809,04 + IVA.** Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso. À consideração superior.” O convite e caderno de encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM A VITRUS. CONTRATO “IN HOUSE” DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE EDIFÍCIOS INTEGRADOS NO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO. CONTRATO “IN HOUSE” DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS. CONTRATO “IN HOUSE” DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO – Presente a seguinte proposta: “Considerando que: **A. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES COLETIVAS: 1.** Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o **MUNICÍPIO DE GUIMARÃES**, doravante **MUNICÍPIO**, dispõe de atribuições no domínio do *Equipamento rural e urbano* (cfr. al. a), n.º 2 do artigo 23.º). **2.** Para a prossecução daquelas atribuições, compete à Câmara Municipal *gerir*



instalações, equipamentos [...] integrados no património do município (cfr. al. ee), n.º 1 do artigo 33.º). 3. Para o exercício das competências de gestão referidas, identificam-se, desde logo, três necessidades coletivas: a limpeza de edifícios integrados no património do Município, a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros e a recolha de resíduos de construção e demolição depositados ilegalmente; 4. A **VITRUS AMBIENTE, E.M., S.A.**, designada abreviadamente por **VITRUS**, é uma empresa local de âmbito municipal, dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída por deliberação da Assembleia Municipal de Guimarães e votada à prossecução de objetivos de gestão de serviços de interesse geral do município de Guimarães, conforme definido nos seus **ESTATUTOS**. 5. Nos últimos quatros anos, a **VITRUS** tem vindo a assegurar, de forma eficaz, a prestação dos serviços de limpeza de edifícios integrados no património do Município de Guimarães, através de um contrato de prestação de serviços, celebrado ao abrigo do artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, na redação que lhe era conferida antes da sua grande revisão. 6. Entre outros meios organizativos, a **VITRUS** dispõe dos recursos humanos e patrimoniais necessários e suficientes para prestar os serviços supra identificados, conforme se demonstrará; 7. Assim como meios organizativos e suficientemente dotados em experiência, em eventuais recolhas de resíduos de construção e demolição, quando se verificam situações de deposição ilegal no território do Concelho. 8. A Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, prevê, doravante do RJAEI (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local), no seu artigo 36.º, que possam ser adjudicados, pelas entidades públicas participantes às empresas locais, aquisições de serviços, desde que as mesmas não originem a *transferência de quaisquer quantias, pelas entidades públicas participantes, para além das devidas pela prestação contratual das empresas locais, a*

preços de mercado. 9. Podem considerar-se, conforme as situações, contratos internos (*in house*) ou contratos externos. 10. Os contratos de prestação de serviços de limpeza, quer de edifícios, quer de vias e espaços públicos, quer de recolha de resíduos de construção e demolição, quando se verificam situações de deposição ilegal, são onerosos e integram um dos objetos previstos no domínio da contratação pública. 11. Não obstante, na origem da criação da **VITRUS**, resultante da liberdade de auto-organização do **MUNICÍPIO**, esteve a potencial vantagem acrescida ao nível da melhoria dos serviços prestados, quer em termos de eficiência, quer ao nível da rapidez das intervenções requeridas, assim como o aumento da produtividade, com reflexos, designadamente, no preço dos serviços prestados. 12. Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do RJAEL *as atividades a cargo das empresas locais ou das entidades participadas não podem ser prosseguidas pelas entidades públicas participantes na pendência da respetiva externalização e na sua exata medida;* 13. Integram o objeto social da **VITRUS** a “limpeza e lavagem de ruas e praças, mercados, recintos desportivos e outros, através de varredura mecânica e manual” e a “limpeza e lavagem de espaços, instalações e edifícios públicos e sanitários públicos”, nos termos dos pontos viii. e ix. (respetivamente) da alínea a) do artigo 4.º dos Estatutos. 14. As prestações de serviço a contratualizar consideram-se, desta sorte, uma forma de auto-organização, isto é, a utilização de meios próprios do **MUNICÍPIO**. 15. Se entende tratar-se de uma relação “*in house*”, que “não obedece a uma lógica contratual, mas ao exercício do poder de auto-organização da Administração”. **DO ESSENCIAL DA ATIVIDADE DA VITRUS AO SERVIÇO DO MUNICÍPIO** – 16. Toda a atividade prosseguida pela **VITRUS**, e de acordo com o seu objeto social (que aqui se dá, por brevidade, como reproduzido – cfr. artigo 4.º dos Estatutos), é, mormente, direcionada para a prossecução de objetivos de gestão de serviços de interesse geral do



L.1.

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO. 17. Nos domínios da gestão de resíduos urbanos e limpeza pública, e da promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, a **VITRUS** tem vindo a concretizar o seu objeto social através da celebração de contrato de gestão e contrato programa, respetivamente. **18.** A **VITRUS** não opera no mercado em condições de livre concorrência e não exerce qualquer atividade comercial adicional à exercida enquanto operador exclusivamente dedicado às atividades de interesse geral que assegura ao **MUNICÍPIO. 19.** O exercício das atividades a que se refere o número anterior está limitado ao território de atuação do **MUNICÍPIO**, pelo que sempre se defenderá que a **VITRUS** carece de dimensão no mercado. **20.** Existindo, destarte, dependência económica da **VITRUS**, face ao **MUNICÍPIO. B - JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO DE MERCADO A QUE SE REFERE O N.º 2 DO ARTIGO 36.º - 1.** A norma constante do artigo 36.º, n.º 2, do RJAEI, interpretada de acordo com o artigo 107.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, proíbe os auxílios públicos a empresas públicas. **2.** Assim, e nos termos do preceituado no n.º 2 daquele artigo, por força de contrato de aquisição de serviços, o **MUNICÍPIO** só pode transferir para a **VITRUS** as quantias devidas pela prestação contratual a *preço de mercado*. **3.** Apesar da atividade em causa ser suscetível de promoção à concorrência do mercado, pelas razões acima expostas, o **MUNICÍPIO** optou por recorrer ao regime da contratação "*in house*", cuja fundamentação do preço de mercado vai determinada no **Anexo I** ao contrato que se pretende celebrar, e cuja minuta se anexa. **C – PROPOSTA – 1.** Assente nas razões anteriormente enunciadas, e nos termos do artigo 36.º, n.º 2 do RJAEI e do artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, coloca-se à consideração superior seja submetida à aprovação da Câmara Municipal a presente proposta, concretizada na celebração dos Contratos: CONTRATO "IN HOUSE" DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE EDIFÍCIOS INTEGRADOS NO

PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO. CONTRATO "IN HOUSE" DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS. CONTRATO "IN HOUSE" DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO entre o **MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** e a **VITRUS**, no valor total de: **a. CONTRATO "IN HOUSE" DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE EDIFÍCIOS INTEGRADOS NO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO: €312.178,71 + IVA** (trezentos e doze mil cento e setenta e oito euros e setenta e um cêntimos); **b. CONTRATO "IN HOUSE" DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E A LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS: €70. 692,48** (setenta mil seiscentos e noventa e dois euros e quarenta e oito cêntimos); **c. CONTRATO "IN HOUSE" DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO: €11.250,00** (onze mil duzentos e cinquenta euros). **2.** Simultaneamente, devem ser aprovadas as minutas dos respetivos **CONTRATOS**, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzidas, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função dos projetos aprovados, condicionado à obtenção da autorização prévia a que se refere o número seguinte. **3.** Para os efeitos da alínea a) do nº 1 do art.º 63º da Lei do Orçamento de Estado de 2019, informa-se que o valor do contrato ora proposto é superior aos valores despendidos em 2018 ao abrigo do anterior contrato, em virtude de se ter verificado a um aumento de serviço e devido à atualização da retribuição mínima mensal garantida para €635,00, pelo que, nos termos nº 4 do mesmo art.º 63º, compete à Câmara Municipal autorizar a realização desta despesa. **4.** De acordo com o nº 5 do art.º 24º do Regulamento de Execução Orçamental da Câmara Municipal 2019, a aprovação da respetiva repartição de encargos, nos termos a seguir indicados, é da competência do Presidente da Câmara: **A) CONTRATO "IN HOUSE" DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE**



1.

mu

LIMPEZA DE EDIFÍCIOS INTEGRADOS NO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO - Ano de 2019 (de 1 março a 31 dezembro) – €260.148,93 + IVA; Ano de 2020 (de 1 de janeiro a 29 de fevereiro) – €52.029,79 + IVA. B) CONTRATO “IN HOUSE” DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS - Ano de 2019 (de 1 março a 31 dezembro) – €58.910,40; Ano de 2020 (de 1 de janeiro a 29 de fevereiro) – €11.782,08. C) CONTRATO “IN HOUSE” DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO - Ano de 2019 (de 1 março a 31 dezembro) – €9.375,00 - Ano de 2020 (de 1 de janeiro a 29 de fevereiro) – €1.875,00.” As minutas dos contratos dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM A VITRUS – CONTRATO “IN HOUSE” DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL – Presente a seguinte proposta:

“Considerando que: **A. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE:** 1. Na sequência das consequências extremas resultantes dos incêndios nos anos de 2016, 2017 e 2018, o Orçamento do Estado para 2019, aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, continuou a estabelecer um regime excecional aplicável às redes de secundárias de faixas de gestão de combustível, nomeadamente no que respeita à intervenção dos municípios, diferente do habitual que está previsto na lei do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (SNDFI). 2. O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SNDFI), que define

quem está obrigado à limpeza e gestão, as distâncias a considerar nos trabalhos e os prazos a cumprir quer por quem detenha terrenos, quer pelas câmaras municipais, foi recentemente alterada. 3. Essas alterações visam, na sua maioria, reforçar a prevenção, quer de uma perspetiva estrutural, quer operacional, no âmbito do planeamento, da organização e infraestruturação do território, dos comportamentos de risco no uso do fogo e no reforço dos dispositivos de vigilância e deteção. 4. Nessa prevenção, as Câmaras Municipais têm um papel determinante, devendo operacionalizar os seus trabalhos através da verificação nos locais do cumprimento das obrigações por quem está obrigado a proceder à gestão de combustível, da notificação aos incumpridores e, no caso de se manter o incumprimento, substituir-se aos proprietários e outros produtores florestais em incumprimento. 5. O Concelho de Guimarães compreende 13000 hectares sujeitos a incêndios rurais, com variáveis graus de propensão e vulnerabilidade ao fogo e está sujeito a condições meteorológicas muito favoráveis à ignição e propagação. 6. Por despacho do Secretário de Estado da Proteção Civil e das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Despacho 7474/2019, de 17 de janeiro, foi determinado como áreas prioritárias para a fiscalização da gestão de combustível, de primeira prioridade as freguesias de Gonça, Longos e União de Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia, em Guimarães. 7. De acordo com a atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Guimarães, que já obteve parecer prévio favorável da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e que se encontra, de momento, no Instituto de Conservação da Natureza e das Floresta - ICNF com vista à emissão do parecer vinculativo, para os 2019-2028, o Município de Guimarães é responsável pela gestão de combustível de cerca de 271 hectares. 8. A acrescer, verifica-se o provável incumprimento em cerca de 320 hectares de



1.

área de casas isoladas da gestão de combustível até 15 de março, pelo que a Câmara Municipal de Guimarães terá de substituir-se ao proprietário e garantir, até 31 de maio, a realização de todos os trabalhos de gestão de combustível, conforme determina o nº 3 do art.º 163º da Lei do Orçamento de Estado de 2019. 9. A acrescer, verifica-se o provável incumprimento em cerca de 320 hectares de acordo com os trabalhos definidos nos n.ºs 2, 10 e 13 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, que têm de decorrer até 15 de março, bem como os trabalhos definidos no n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, que devem decorrer até 31 de maio. Pelo que até 31 de maio de 2019, as câmaras municipais garantem a realização de todos os trabalhos de gestão de combustível, devendo substituir-se aos proprietários e outros produtores florestais em incumprimento, procedendo à gestão de combustível prevista na lei, mediante comunicação e, na falta de resposta em cinco dias, por aviso a afixar no local dos trabalhos, como determina nº 3 do art.º 163º da Lei do Orçamento de Estado de 2019. 10. Por último, somam 1300 hectares as áreas de aglomerados populacionais. 11. A Câmara Municipal não dispõe de meios ou recursos próprios para cumprir material e/ou temporalmente o que a lei determina. 12. E a excecionalidade destas medidas, têm imposto preços elevados para a prestação destes serviços de limpeza dos terrenos e a inflacionar o custo deste trabalho, em especial da mão-de-obra. 13. Em 2018, o Município de Guimarães efetuou uma consulta ao mercado, através de Ajuste Direto, por regime simplificado, em que os preços de mercado rondaram de 1730€/ha a 2160€/ha. 14. Consultadas ainda as tabelas CAOF do ICNF – custos das operações florestais referentes aos anos 2015-2016, os valores máximos da soma resultante de todos os trabalhos inerentes à gestão de combustível rondam o valor de 1350,00€/ha. Considerando a tipologia dos terrenos

existentes em Guimarães as ações terão sempre que ser realizadas de um modo moto/manual e com algum recurso a mecânico, obrigando a um maior número de mão-de-obra necessária. **15.** A **VITRUS AMBIENTE, E.M., SA**, designada abreviadamente por **VITRUS**, é uma empresa local de âmbito municipal, dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída por deliberação da Assembleia Municipal de Guimarães e votada à prossecução de objetivos de gestão de serviços de interesse geral do município de Guimarães, conforme definido nos seus **ESTATUTOS**. **16.** Entre outros meios organizativos, a **VITRUS** dispõe dos recursos humanos e materiais necessários e suficientes para prestar os serviços supra identificados, conforme se demonstrará; **17.** A Lei 50/2012, de 31 de Agosto, prevê, no seu artigo 36.º, que possam ser adjudicados pelas entidades públicas participantes às empresas locais aquisições de serviços, desde que as mesmas não originem *a transferência de quaisquer quantias, pelas entidades públicas participantes, para além das devidas pela prestação contratual das empresas locais a preços de mercado*. **18.** Podem considerar-se, conforme as situações, contratos internos (*in house*) ou contratos externos. **19.** Os contratos de prestação de serviços para a limpeza de faixa de gestão de combustível, são onerosos e integram um dos objetos previstos no domínio da contratação pública. **20.** Não obstante, na origem da criação da **VITRUS**, resultante da liberdade de auto-organização do **MUNICÍPIO**, esteve a potencial vantagem acrescida ao nível da melhoria dos serviços prestados, quer em termos de eficiência, quer ao nível da rapidez das intervenções requeridas, assim como o aumento da produtividade, com reflexos, designadamente, no preço dos serviços prestados. **21.** Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do RJAE *as atividades a cargo das empresas locais ou das entidades participadas não podem ser prosseguidas pelas entidades públicas participantes na pendência da respetiva externalização e na sua*



11.

exata medida; **22.** Integram o objeto social da **VITRUS** a “limpeza e lavagem de ruas e praças, mercados, recintos desportivos e outros, através de varredura mecânica e manual” e a “limpeza e lavagem de espaços, instalações e edifícios públicos e sanitários públicos”, nos termos dos pontos viii. e ix. (respetivamente) da alínea a) do artigo 4.º dos Estatutos. **23.** A acrescentar, nos termos da alínea c) do mesmo artigo daqueles Estatutos, a **VITRUS** pode, ainda, exercer serviços relacionados com o seu objeto social, designadamente atividades complementares ou subsidiárias. **24.** A política de defesa da floresta contra incêndios, pela sua vital importância, insere-se num contexto mais alargado de ambiente e ordenamento do território, de desenvolvimento rural e de proteção civil, que carece do envolvimento de todos, no desenvolvimento de uma maior transversalidade e convergência de esforços de todas as partes envolvidas, de forma direta ou indireta. **25.** Pelo que, as prestações de serviço a contratualizar, integram o conceito de atividades complementares a que se refere a alínea c) do artigo 4.º dos Estatutos da **VITRUS**, na forma assumida de auto-organização, isto é, a utilização de meios próprios do **MUNICÍPIO**. **26.** Trata-se, portanto, de uma relação “*in house*”, que “não obedece a uma lógica contratual, mas ao exercício do poder de auto-organização da Administração”. **DO ESSENCIAL DA ATIVIDADE DA VITRUS AO SERVIÇO DO MUNICÍPIO** – **27.** Toda a atividade prosseguida pela **VITRUS**, e de acordo com o seu objeto social (que aqui se dá, por brevidade, como reproduzido – cfr. artigo 4.º dos Estatutos), é, mormente, direcionada para a prossecução de objetivos de gestão de serviços de interesse geral do **MUNICÍPIO**. **28.** Nos domínios da gestão de resíduos urbanos e limpeza pública, e da promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, a **VITRUS** tem vindo a concretizar o seu objeto social através da celebração de contrato de gestão e contrato programa respetivamente. **29.** A **VITRUS** não opera no mercado em

condições de livre concorrência e não exerce qualquer atividade comercial adicional à exercida enquanto operador exclusivamente dedicado às atividades de interesse geral que assegura ao **MUNICÍPIO**. **30.** O exercício das atividades a que se refere o número anterior está limitado ao território de atuação do **MUNICÍPIO**, pelo que sempre se defenderá que a **VITRUS** carece de dimensão no mercado. **31.** Existindo, destarte, dependência económica da **VITRUS**, face ao **MUNICÍPIO**. **B - JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO DE MERCADO A QUE SE REFERE O N.º 2 DO ARTIGO 36.º - 1.** A norma constante do artigo 36.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, interpretada de acordo com o artigo 107.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, proíbe os auxílios públicos a empresas públicas. **2.** Assim, e nos termos do preceituado no n.º 2 daquele artigo, por força de contrato de aquisição de serviços, o **MUNICÍPIO** só pode transferir para a **VITRUS** as quantias devidas pela prestação contratual a *preço de mercado*. **3.** Apesar da atividade em causa ser suscetível de promoção à concorrência do mercado, pelas razões acima expostas, o **MUNICÍPIO** optou por recorrer ao regime da contratação *"in house"*, cuja fundamentação do preço de mercado vai determinada no **ANEXO I** ao contrato a celebrar, e cuja minuta se anexa. **C – PROPOSTA – 1.** Assente nas razões anteriormente enunciadas, e nos termos do artigo 36.º, n.º 2 do RJAEL e do n.º 2 do artº 5A do Código dos Contratos Públicos, coloca-se à consideração superior seja submetida à aprovação da Câmara Municipal a aprovação da presente proposta, concretizada na celebração de um **CONTRATO "IN HOUSE" DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL** entre o **MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** e a **VITRUS**, no valor total de **€339.250,00** (trezentos e trinta e nove mil duzentos e cinquenta euros), não sujeito a IVA, referente à execução de 295ha, com início a 1 de março e término em 30 de dezembro de 2019, e valor por hectare de



€1.150,00. 2. Simultaneamente, deve ser aprovada a minuta do respetivo **CONTRATO**, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, condicionado à obtenção da autorização prévia a que se refere o número seguinte. 3. Para efeitos ao abrigo do alínea a) do nº 1 do art.º 63º da Lei do Orçamento de Estado de 2019, informa-se que o valor do contrato ora proposto é inferior aos valores despendidos em 2018 para o mesmo objeto, existindo, todavia, contratos com a mesma contraparte, pelo que, nos termos nº 4 do mesmo art.º 63º, compete à Câmara Municipal autorizar a realização desta despesa. À Consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. -----

RECURSOS HUMANOS – RECRUTAMENTO PARA CARGOS DIRIGENTES - DESIGNAÇÃO DE JÚRI E AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA – Presente a seguinte proposta: “A recente revisão da estrutura orgânica dos serviços municipais, que entrou em vigor a 1 de janeiro último, introduziu alterações em algumas unidades orgânicas, quer nucleares, quer flexíveis e, fruto desta reestruturação, foram também criadas novas unidades orgânicas. A gestão e coordenação destas unidades orgânicas reestruturadas ou criadas está a ser assegurada, nalguns casos, em regime de substituição, e outras não se encontram ainda providas, sendo necessário proceder à abertura dos correspondentes procedimentos concursais. Submete-se, assim, a **aprovação da Câmara Municipal**, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da LTFP e com o disposto no artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto,

conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, a **autorização de abertura de procedimento de recrutamento** dos seguintes cargos dirigentes: diretor/a do Departamento de Desenvolvimento do Território; diretor/a do Departamento de Cultura e Turismo; diretor/a do Departamento de Polícia Municipal; diretor/a do Departamento Financeiro e de Desenvolvimento Económico; diretor/a do Departamento de Recursos Humanos; chefe da Divisão Jurídica; chefe da Divisão de Gestão Urbanística; chefe da Divisão de Serviços Urbanos; chefe da Divisão Operacional de Polícia Municipal; coordenador/a municipal da Proteção Civil (equiparado a chefe de divisão); chefe do Gabinete de Veículos e Manutenção. Nos termos do disposto no artigo 13.º da referida Lei n.º 49/2012, a designação do júri de recrutamento é da competência da assembleia municipal, devendo ser composto por um presidente e dois vogais. De acordo com a mesma norma, o presidente é designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; os vogais são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica. Aliando os requisitos legalmente definidos, que reforçam a componente de experiência prática, com a componente teórica, em estreita ligação com as autarquias, mas também com o conhecimento e investigação que caracterizam o meio académico, **propõe-se seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal**, nos termos do disposto no referido artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, a **seguinte composição dos júris para recrutamento de cargos dirigentes: Júri de recrutamento para Diretor/a do Departamento de Desenvolvimento do Território: Presidente: Miguel Sousa Pires Almeida Frazão, diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; Vogais efetivos: Paulo Jorge Sousa Cruz, docente na Escola de Arquitetura da**



L.i.

Universidade do Minho e Joaquim Josias Silva Almeida Antunes Carvalho, diretor do Departamento de Obras Municipais; Vogais suplentes: Marta Labastida, docente na Escola de Arquitetura da Universidade do Minho e Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, diretora do Departamento de Administração Geral. **Júri de recrutamento para Diretor/a do Departamento de Cultura e Turismo:** Presidente: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, diretora do Departamento de Administração Geral; Vogais efetivos: Maria Mafalda Costa Castro Ferreira Cabral, administradora da Sol do Ave e Isabel Maria Granja Fernandes, Diretora do Paço dos Duques, do Museu de Alberto Sampaio e do Castelo de Guimarães; Vogais suplentes: Miguel Sousa Pires Almeida Frazão, diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente e Joaquim Josias Silva Almeida Antunes Carvalho, diretor do Departamento de Obras Municipais. **Júri de recrutamento para Diretor/a do Departamento de Polícia Municipal:** Presidente: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, diretora do Departamento de Administração Geral; Vogais efetivos: Manuel Joaquim Gonçalves Costa, diretor do Departamento Administrativo da Câmara Municipal de Fafe e Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, diretor da Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva da Câmara Municipal de Braga; Vogais suplentes: Miguel Sousa Pires Almeida Frazão, diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente e Joaquim Josias Silva Almeida Antunes Carvalho, diretor do Departamento de Obras Municipais. **Júri de recrutamento para Diretor/a do Departamento Financeiro e de Desenvolvimento Económico:** Presidente: Maria Fernanda Maia de Areia, Diretora do Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Barcelos; Vogais efetivos: Manuel Joaquim Gonçalves Costa, diretor do Departamento Administrativo Municipal da Câmara Municipal de Fafe e Joaquim Josias Silva Almeida Antunes Carvalho, diretor do Departamento de

Obras Municipais; Vogais suplentes: Maria do Sameiro Fernandes Martins, diretora do Departamento de Gestão Financeira da Câmara Municipal de Fafe e Miguel Sousa Pires Almeida Frazão, diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente. **Júri de recrutamento para Diretor/a do Departamento de Recursos Humanos:** Presidente: Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, diretor da Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva da Câmara Municipal de Braga; Vogais efetivos: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, diretora do Departamento de Administração Geral e Maria Mafalda Costa Castro Ferreira Cabral, administradora da Sol do Ave; Vogais suplentes: Miguel Sousa Pires Almeida Frazão, diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente e Joaquim Josias Silva Almeida Antunes Carvalho, diretor do Departamento de Obras Municipais. **Júri de recrutamento para Chefe da Divisão Jurídica:** Presidente: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, diretora do Departamento de Administração Geral; Vogais efetivos: Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, diretor da Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas, chefe da Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso, ambos da Câmara Municipal de Braga; Vogais suplentes: Maria Fernanda Fernandes Castro, chefe da Divisão de Empreitadas e Ivone Carmo Silva Gonçalves, chefe da Divisão de Bibliotecas. **Júri de recrutamento para Chefe da Divisão de Gestão Urbanística:** Presidente: Miguel Sousa Pires Almeida Frazão, diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; Vogais efetivos: Paulo Jorge Sousa Cruz, docente na Escola de Arquitetura da Universidade do Minho e Joaquim Josias Silva Almeida Antunes Carvalho, diretor do Departamento de Obras Municipais; Vogais suplentes: Maria Fernanda Fernandes Castro, chefe da Divisão de Empreitadas e Maria Graça Sousa Moura, chefe da Divisão de Auditoria e Qualidade. **Júri de recrutamento**



para Chefe da Divisão de Serviços Urbanos: Presidente: Miguel Sousa Pires Almeida Frazão, diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; Vogais efetivos: Carlos Jorge Faria Abreu Fernandes, chefe da Divisão de Espaços Verdes e Maria Fernanda Fernandes Castro, chefe da Divisão de Empreitadas; Vogais suplentes: Maria Graça Sousa Moura, chefe da Divisão de Auditoria e Qualidade e Rui Miguel Lino Castro, chefe da Divisão de Mobilidade e Transportes. **Júri de recrutamento para chefe da Divisão Operacional de Polícia Municipal:** Presidente: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, diretora do Departamento de Administração Geral; Vogais efetivos: Joaquim Josias Silva Almeida Antunes. Carvalho, diretor do Departamento de Obras Municipais e Maria Graça Sousa Moura, chefe da Divisão de Auditoria e Qualidade; Vogais suplentes: Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas, chefe da Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso da Câmara Municipal de Braga Rui Miguel Lino Castro, chefe da Divisão de Mobilidade e Transportes. **Júri de recrutamento para Coordenador/a Municipal da Proteção Civil:** Presidente: Miguel Sousa Pires Almeida Frazão, diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; Vogais efetivos: Carlos Jorge Faria Abreu Fernandes, chefe da Divisão de Espaços Verdes e António José Bento Gonçalves, docente no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; Vogais suplentes: Maria Fernanda Fernandes Castro, chefe da Divisão de Empreitadas e José Parcício Meira Leite Salgado, chefe da Divisão de Gestão e Conservação. **Júri de recrutamento para chefe do Gabinete de Veículos e Manutenção:** Presidente: Miguel Sousa Pires Almeida Frazão, diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; Vogais efetivos: Rui Miguel Lino Castro, chefe da Divisão de Mobilidade e Transportes e Carlos Jorge Faria Abreu Fernandes, chefe da Divisão de Espaços Verdes; Vogais suplentes: José Parcício Meira Leite Salgado, chefe da Divisão de Gestão e Conservação e

Maria Fernanda Fernandes Castro, chefe da Divisão de Empreitadas. Os postos de trabalho estão previstos no mapa de pessoal e a respetiva despesa encontra-se inscrita no orçamento para o ano 2019, encontrando-se cabimentada pela proposta de cabimento nº 324, correspondendo-lhe a requisição externa de despesa com o compromisso nº 240.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ABERTURA DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS. DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR VOTAR, NO SEU CONJUNTO, OS MEMBROS DOS JÚRIS. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CONSTITUIÇÃO DOS JÚRIS.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO FRATERNA - CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, C.I.P.R.L., AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, COM AS ATUALIZAÇÕES VIGENTES, QUE REGULA A ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E O REGIME DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS – Presente a seguinte proposta: “**I. DO ENQUADRAMENTO PRÉVIO:** **1.** A Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade Social, C.I.P.R.L. (doravante **FRATERNA**), é uma Cooperativa de Interesse Público, constituída por iniciativa do Município de Guimarães (doravante **MUNICÍPIO**), aprovada em Assembleia Municipal de 21 de março de 1997, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de Janeiro (adiante **DECRETO**). **2.** O **MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** é seu cooperante e exerce, sobre ela, uma influência dominante, entre outros indicadores, por ser detentora de 88,89% dos seus títulos de capital. **3.** À **FRATERNA**, de acordo com o seu objeto social, e por transferência dessa mesma responsabilidade pelo **MUNICÍPIO** no momento da sua criação, incumbe a missão de, ao nível da promoção do desenvolvimento social, manter operacional um projeto de inclusão social, com unidades especializadas de apoio à família e uma



estrutura capaz de combater a pobreza, o desemprego e outras realidades suscetíveis de provocar o desenraizamento social, assim como promover ações inclusivas com o objetivo de garantir a valorização de toda a vida humana, no Concelho de Guimarães, o que tem vindo a desenvolver com reconhecido mérito e qualidade na prossecução dos objetivos que lhe são definidos. **II. DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO:** 4. Com a entrada em vigor da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que procedeu à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (doravante, a **LAEL**), e por força da introdução do n.º 3 no seu artigo 58.º, o disposto nos capítulos III e VI passou a aplicar-se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º, ainda daquele diploma. 5. A atividade principal da **FRATERNA** está diretamente relacionada com o setor ligado à prestação de serviços na área da ação social. 6. Com a alteração introduzida pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2019, o legislador, por força da redação introduzida ao artigo 62.º, n.º 15, da **LAEL**, alargou às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da ação social, a inaplicabilidade do cumprimento dos rácios previstos no n.º 1 do artigo 62.º da **LAEL**. 7. O contrato programa que ora se submete a aprovação, todas as demais exigências legais, designadamente as que constam do artigo 47.º da **LAEL**. 8. Desta sorte, a **FRATERNA** mantém-se obrigada a manter um sistema de contabilidade analítica que permita uma destrição clara perante os apoios públicos concedidos pelo desenvolvimento de políticas de preços sociais sobre a atividade que integra o seu objeto social (conforme decorre de obrigação legal – cfr. n.º 3 do artigo 47.º da

LAEL). 9. Com efeito, a atividade da **FRATERNA**, os serviços por ela prestados e a performance mensurável nos contratos programa são objeto de avaliação, entre outros, através da demonstração de resultados contida no relatório anual de contas, motivo pelo qual se considerou, em prol de uma maior transparência, que o início da execução destes contratos acompanhasse o início do ano contabilístico. Mais, considerando que: 10. A atividade em causa é de interesse geral, nos termos da **LAEL**, e integra o âmbito das atribuições do Município, nos termos da alínea h) do já supra referido n.º 2 do artigo 23.º do **Regime Jurídico das Autarquias Locais**. 11. A forma de gestão corporativa nesta área específica de atuação, face ao seu escopo não lucrativo, é de absoluta conveniência, por alheia às tensões entre quaisquer interesses privados lucrativos e a prossecução do interesse público, com a vantagem do Município conservar a sua veste de “ius imperium”, participação estrutural à existência desta Cooperativa enquanto Cooperativa de Interesse Público. 12. A transferência de verbas do Município para aquela Cooperativa é fundamental para que esta possa continuar a desenvolver a sua atividade aos preços sociais pela venda dos serviços que presta aos seus utilizadores por imposição do Município e que se prende com as suas obrigações de serviço público. 13. A **LAEL** estipula a celebração de contratos-programa que titulam as transferências de verbas dos Municípios para as Cooperativas de Interesse Público como contrapartida das obrigações assumidas, aqui, pela já adoção de preços sociais. 14. A celebração do **CONTRATO** é, deste modo, condição legal indispensável ao desenvolvimento da atividade da prestação de serviços de interesse geral, nos termos do artigo 47.º da **LAEL**. III – **PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO DO CONTRATO-PROGRAMA COM A COOPERATIVA FRATERNA - CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, C.I.P.R.L.:** 1. Tenho a honra de propor, assente nas razões enunciadas, e nos termos do disposto no n.º 5 do



L1.

artigo 47º da LAEL, que a Câmara Municipal de Guimarães delibere aprovar a presente proposta, concretizada na celebração de um contrato-programa entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade Social, C.I.P.R.L. 2. Simultaneamente, aprovar a minuta do contrato-programa e seus anexos, a celebrar entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade Social, C.I.P.R.L. que, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 47.º da LAEL, titula a transferência da “Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da ação social”, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, e que já mereceu parecer prévio favorável do Revisor Oficial de Contas, nos termos previstos na alínea c), do nº 6 do artigo 25º do LAEL, bem como submeter tais documentos e seus anexos à apreciação e discussão da Assembleia Municipal de Guimarães, com vista à sua aprovação, nos termos do disposto no nº 5 do Artigo 47º da LAEL. Consequentemente, porque contido naquele contrato-programa: 3. Aprovar o produto proveniente da atividade da Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade Social, C.I.P.R.L, que inclui as taxas devidas pela utilização do auditório constitui sua receita. Nos termos da al. b) do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, autorizar a despesa do contrato-programa, de €439.399,95 (quatrocentos e trinta e nove mil, trezentos e noventa e nove euros e noventa e cinco cêntimos), de acordo com a informação financeira anexa. 4. Por último, caso a presente proposta seja sancionada pelos competentes órgãos municipais, que fique desde já legitimado o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães a outorgar o aludido contrato-programa. Anexam-se: informação

financeira, a referida minuta, e os anexos que do contrato fazem parte integrante.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE FERMENTÕES –

Presente a seguinte proposta: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Fermentões, conforme postura em anexo, aprovada pela Junta e Assembleia de Freguesia. A proposta visa dissuadir o tráfego de atravessamento entre a EN 101 e o centro da freguesia pela Rua de Lemos, e ordenar a circulação e estacionamento, incrementando o mesmo, na área residencial Nortecoop.”

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

EDUCAÇÃO - PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES À ASSOCIAÇÃO ‘PROCHILD COLAB AGAINST POVERTY AND SOCIAL EXCLUSION’

– Presente a seguinte proposta: “A Associação ProChild CoLAB surge no âmbito da iniciativa “Laboratórios Colaborativos” lançada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) para promover formas de cooperação entre os setores público e privado que promovam o emprego qualificado e o emprego científico. O Laboratório Colaborativo ProChild apresenta-se assim como uma entidade de investigação multidisciplinar de promoção de atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) na infância, considerando que experiências negativas (biológicas e psicossociais) podem ter consequências nefastas no desenvolvimento humano e existe uma elevada percentagem (21,8%) de crianças em 2017 se encontravam em situação de pobreza e exclusão social. Propõe-se assim promover uma mudança social efetiva no país, através da colaboração articulada entre entidades públicas e privadas em torno de programas de intervenção com base em evidência científica e suportados pela tecnologia.



O ProChild CoLAB irá constituir-se como uma associação que reúne 18 associados entre Universidades, Empresas, Fundações e Autarquias, envolvendo mais de 60 investigadores e 15 Centros de Investigação, da qual o Município de Guimarães não se quis excluir. Pevidém e as freguesias envolventes surgem como um território prioritário para um projeto de intervenção dirigido a crianças dos 0 aos 10 anos, pelas suas características sociodemográficas e económicas e por se assumir com uma dinâmica associativa e empresarial facilitadora dos propósitos deste projeto - construir um Território de Aprendizagem, coordenando a iniciativa de parceiros institucionais e locais para criar modos de intervenção originais nos domínios da arquitetura e urbanismo, na difusão de novos produtos de *design* e de modalidades integradas de intervenção social, colocando a criança na confluência de todos estes olhares. Espera-se que a intervenção prevista crie o envolvimento e a participação das crianças e das suas famílias, e promova uma elevada qualificação dos profissionais e uma maior articulação entre as entidades presentes no terreno. Permitirá ainda a qualificação de espaços públicos e equipamentos urbanos em Pevidém, contribuindo para uma melhoria dos indicadores sociais de conforto e bem-estar ao nível da saúde, educação, proteção e fruição cultural, com redução significativa dos indicadores de pobreza infantil e exclusão social. A validação científica dos vários projetos e os seus resultados em Pevidém poderão possibilitar ainda aumentar a sua escala de implementação, avançando para outros contextos regionais e para o nível nacional. O Município de Guimarães, enquanto autarquia local, dispõe de atribuições nos domínios da educação, conforme prevê a alínea d) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para prosseguir estas atribuições a Câmara Municipal, enquanto órgão executivo, dispõe das competências previstas na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do mesmo diploma

legal, competências que lhe permitem apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa e outras de interesse para o município. Nestes termos, proponho: - que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal, nos termos do n.º 3 do art.º 56.º e do art.º 59.º, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, uma proposta de adesão à Associação ProChild CoLAB, conforme estatutos que se juntam em anexo (doc. 1) e Estudo de Viabilidade Económica e Sustentabilidade Financeira (doc. 2), conforme previsto no art.º 32.º, por remissão do n.º 2 do art.º 53.º, da referida Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Valor Cabimentado pela Rúbrica: 2.1.1.2.5801 – Projetos Educativos: €15.000,00 (quinze mil euros), correspondente a €5.000,00 (cinco mil euros) de joia de inscrição e de €10.000,00 (dez mil euros) de cota anual relativa ao ano de 2019.”

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

EDUCAÇÃO – ESCOLA SECUNDÁRIA DAS CALDAS DAS TAIPAS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Escola Secundária das Caldas das Taipas solicitou, a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte dos alunos no dia 16 de janeiro, à Póvoa de Lanhoso. Considerando que, se trata de uma visita de estudo no âmbito do projeto Cidadania e Desenvolvimento e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 14 de janeiro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS EB 2,3 PROFESSOR ABEL SALAZAR - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte



1.

[Handwritten signature]

proposta: "O Agrupamento de Escolas EB 2,3 Professor Abel Salazar solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte de alunos e professores, no dia 29 de março, à Maia. Considerando que, se trata de uma deslocação no âmbito da participação no 15º Campeonato Nacional de Jogos Matemáticos e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 28 de janeiro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo e de trabalho extraordinário ao motorista." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – CONTRATO DE PARCERIA E CONTRATO DE COMODATO COM A ASSOCIAÇÃO DE APOIO À CRIANÇA - CANDIDATURA AO FUNDO PARA O ASILO, A MIGRAÇÃO E A INTEGRAÇÃO (AVISO Nº 55/FAMI/2019) – RATIFICAÇÃO - Presente a seguinte proposta: " A Associação de Apoio à Criança (AAC), uma IPSS, com sede em Guimarães, na Rua de Santa Maria, é membro do Consórcio "Guimarães Acolhe – Plano de Ação do Município de Guimarães para o Acolhimento de Pessoas com Necessidade de Proteção Internacional", celebrado a 22 de janeiro de 2016. Este acordo surgiu do imperativo humanitário sentido pelo Município, e pelas 17 instituições que o subscreveram, em responder ao apelo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e do governo português para prover o acolhimento de pessoas com necessidade de proteção internacional. Com o Programa Guimarães Acolhe, o Município de Guimarães propõe-se proporcionar condições de bem-estar e segurança às pessoas e famílias acolhidas através dum forte envolvimento da sua rede social, desenvolvendo uma ação local convergente, integrada e articulada entre todos aqueles que

nele participam. No âmbito deste Plano, o Município de Guimarães, acolheu já 98 pessoas com necessidade de proteção internacional, permanecendo atualmente, no concelho de Guimarães, 31 pessoas, entre famílias e cidadãos isolados. Neste contexto, a AAC comprometeu-se a garantir, entre outros apoios, o alojamento a quatro menores não acompanhados. Contudo, volvidos dois anos sobre a implementação deste acordo, esta associação e o consórcio nunca tiveram a possibilidade de responder a esta necessidade humanitária prioritária e urgente. A AAC pretende criar um Centro de Acolhimento de Menores Não Acompanhados a Necessitarem de Proteção Internacional, tendo sido recentemente indicada pela Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social (CNIS) como uma instituição idónea para participar no projeto nacional de acolhimento destes menores. Para o efeito, submeteram a 2 de março de 2018, uma candidatura ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, aviso Nº36/FAMI/2018, com o apoio da Câmara na cedência de um imóvel para o funcionamento do Centro de Acolhimento em cima referido e também na comparticipação financeira de 25% do total previsto nesta candidatura. Considerando que aquela candidatura foi aprovada mas sem provisão financeira, a Associação de Apoio à Criança propôs-se submeter nova candidatura ao Fundo para o Asilo, A Migração e a Integração, aviso nº 55/FAMI/2019, com termos idênticos à anterior e que se passam a enunciar:

1. Cedência, por parte da Câmara Municipal, em regime de comodato, do imóvel sito na Rua da Caldeiroa, nºs 66, 68 e 70 (Caderneta Predial Urbana e Registo Predial em anexo), para a criação do Centro de Acolhimento de Menores Não Acompanhados a Necessitarem de Proteção Internacional; 1.1 Este contrato de comodato tem que pressupor um período de 13 anos, renovável por períodos de 1 ano, considerando que a cedência do imóvel pelo período correspondente ao da duração do projeto é condição



21.

[Handwritten signature]

obrigatória para admissão da candidatura em questão; 1.2 Consultada a Divisão de Património Municipal, confirmou-se que o edifício se encontra devoluto e que não está, à data, destinado a outros fins; 1.3 Fica salvaguardada, no clausulado do contrato de comodato (em anexo) a anulação do mesmo na eventualidade de a candidatura não merecer aprovação por parte das entidades com competência para o efeito. 2. Celebração de um contrato de parceria financeira (em anexo), para que seja possível a remodelação e equipamento do imóvel identificado no ponto 1, com vista ao pagamento da contrapartida nacional, no valor de 25% (58.199,37 Euros) do valor total da candidatura (232.797,49 Euros). Considera-se assim que a candidatura da AAC ao aviso nº55/FAMI/2019 vai permitir complementar todo o trabalho realizado pelo "Guimarães Acolhe", ao propor-se implementar um centro de acolhimento qualificado na área dos menores não acompanhados garantindo, assim, a defesa dos direitos e interesses destas crianças, pelo que se reveste de absoluta pertinência o apoio a esta iniciativa. Ressalve-se que a integração desta Associação no consórcio "Guimarães Acolhe" e o conhecimento e prática adquirida por este, se assume como uma garantia de que o trabalho a efetivar no âmbito do acolhimento aos menores não acompanhados por parte da AAC preservará a observação dos objetivos e princípios deste consórcio. Mais se sublinha que a existência de pessoas e famílias com necessidade de proteção internacional no concelho de Guimarães, com projetos de vida em curso, poderá ser facilitadora no processo de acolhimento e integração dos menores por parte da AAC, no sentido em que permite o contacto com pessoas de contextos culturais, históricos e territoriais similares. Uma vez que a Associação de Apoio à Criança apresenta os requisitos expressos no Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de Julho), e constatado o elevado interesse social deste projeto, que

vai ao encontro dos desígnios estratégicos que norteiam o Plano de Ação do “Guimarães Acolhe”, e também em reconhecimento do relevante interesse deste serviço para a comunidade, submete-se para aprovação a atribuição deste apoio, ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho. Considerando que o prazo da referida candidatura terminou no passado dia 31 de janeiro, e que o pedido de parceria não nos foi remetido atempadamente, não foi possível submeter previamente este processo à aprovação do Executivo, pelo que submeto a presente proposta a ratificação na próxima Reunião de Câmara, nos termos do nº 3, do artigo 35, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.” Os referidos contratos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES À TARIFA SOCIAL DA ÁGUA - DADOS FORNECIDOS PELA DIREÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS (DGAL) – O Presidente da Câmara solicitou que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos para posterior clarificação, pelo que a proposta foi retirada. -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – JANEIRO DE 2019 - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 3 de janeiro de 2019 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado



11-

m

em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE A UMA FAMÍLIA SÍRIA PARA PARTICIPAÇÃO NUM ENCONTRO DE REFUGIADOS EM BRAGA - ACORDO DE COOPERAÇÃO GUIMARÃES ACOLHE – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães tem vindo a desenvolver, desde 2016, com um conjunto de instituições da sua rede social, o “Acordo de Cooperação Guimarães Acolhe – Plano de Ação do Município de Guimarães para o Acolhimento de Cidadãos com Necessidade de Proteção Internacional”, formalizado em 22 de janeiro de 2016. Este acordo tem como objetivos proporcionar condições de bem-estar e de segurança a estes cidadãos, desenvolvendo uma ação local convergente, integrada e articulada entre todos os parceiros e as comunidades locais, salvaguardando no processo de acolhimento o respeito pela sua cultura, individualidade e autonomia, por forma a preservar a sua dignidade. No âmbito das competências que o Município assumiu neste acordo, inscreve-se no ponto 2 deste documento que a Câmara se compromete a “apoiar a execução do Plano através da cedência de transporte, sempre que se justifique”. Assim, quando solicitados para ceder transporte a uma família Síria, residente em Abação, constituída por 6 elementos (um casal à espera de um novo filho e quatro crianças), que pretendia participar num Encontro de Refugiados em Braga, no passado dia 5 de maio de 2018, organizado pela Plataforma de Apoio aos Refugiados, considerou-se pertinente e justificável aceder à pretensão, na medida em que se constituía como uma oportunidade para conviverem presencialmente com outros refugiados do seu país. Esta cedência justificou-se, adicionalmente, pelas dificuldades económicas vivenciadas por esta família numerosa e pela situação de gravidez da mãe das crianças. Considerando o exposto, e de acordo com o previsto no ponto 2 do Acordo de Cooperação

enunciado, venho submeter a ratificação na próxima Reunião de Câmara a cedência do transporte em apreço bem como o pagamento das respetivas horas extraordinárias ao motorista que efetuou este transporte, nos termos do nº 3, do artigo 35, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo do disposto na alínea u) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - GRUPO ENCONTRO DE SABERES - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Encontro de Saberes solicitou, a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte dos idosos no dia 16 de janeiro, no âmbito da visita ao presépio de Santiago de Candoso. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 14 de janeiro de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – GRUPO ENCONTRO DE SABERES - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Encontro de Saberes solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos idosos no dia 27 de fevereiro, a S. Torcato. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 31 de janeiro de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



11.

fu

AÇÃO SOCIAL – CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTA EULÁLIA DE NESPEREIRA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Centro Social e Paroquial de Santa Eulália de Nespereira solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos idosos no dia 25 de fevereiro, a Creixomil. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 08 de fevereiro de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – FEIRA AFONSINA 2019 – ALTERAÇÃO DAS NORMAS DE PARTICIPAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “Numa edição dedicada à vida de Egas Moniz e às lendas a que deu origem, a Feira Afonsina 2019 decorrerá no Monte Latito, de 21 a 24 de junho. Relativamente às normas aprovadas em 8 de fevereiro de 2018 para a edição do ano transato, verificam-se alterações substanciais que justificam a necessidade de aprovação das novas normas em anexo, que ora se propõe: - Alteração da área de implantação da Feira: apenas no Monte Latito - desde a estátua de Afonso Henriques até ao Campo de S. Mamede (para espetáculo da noite), compreendendo área envolvente à Capela de Santa Cruz; - Por força da nova localização, cessa a diferenciação de preços em função do local ocupado, mantendo-se apenas a diferenciação por tipologia de produtos comercializados; - Os montantes foram ajustados, igualmente em função da nova localização; - Adaptação das datas de receção e aprovação de candidaturas ao calendário 2019; - Conformação das normas de participação ao Regulamento Geral de Proteção de Dados. Juntam-se, em anexo, as duas

tipologias de normas a alterar.” As duas tipologias de normas a alterar dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. -----

CULTURA – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO DE BARCO - ATIVIDADES E INVESTIMENTOS A REALIZAR EM 2019 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO –

Presente a seguinte proposta: “Vem o Grupo Cultural e Recreativo de Barco solicitar apoio financeiro que lhe permita fazer face aos custos resultantes das diversas atividades a desenvolver ao longo do corrente ano, designadamente o Encontro de Reis, o Carnaval, as Comemorações do seu 43º Aniversário, a Festa da Juventude e diversos espetáculos de teatro e música, cujos custos de realização ascendem a €7.760,00. Por outro lado, solicitam igualmente apoio que lhes permita fazer face à necessidade urgente de reequipamento da Fanfarra com novos instrumentos musicais, permitindo a substituição de instrumentos já obsoletos. Trata-se, neste caso, da aquisição de 4 timbales, 10 caixas, 2 tarolas, 3 bombos, 10 clarins e 3 baixas. Considerando a qualidade, diversidade e regularidade da programação assegurada pelo Grupo Cultural e Recreativo de Barco num meio em que o Grupo assume particular preponderância na realização de atividades de animação e formação cultural, bem como de atividades que contribuem para o fortalecimento da identidade e sentido coletivo das populações, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, ao Grupo Cultural e Recreativo de Barco, de um subsídio de €9.980,00, dos quais €3.050,00 destinados a comparticipar no custo das



1.

atividades a desenvolver em 2019 e €6.830,00 destinados a comparticipar nos custos de aquisição de instrumentos musicais destinados à Fanfarra do referido Grupo.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO Nº 702 DE MESÃO FRIO – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - Presente a seguinte proposta: “O Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento Nº 702 de Mesão Frio solicitou, a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte dos seus elementos, nos dias 9 e 10 de fevereiro, a Vila Real. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito da participação em programas sociais da localidade e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 17 de janeiro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE GUIMARÃES - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Tribunal da Relação de Guimarães solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte de funcionários e magistrados no dia 15 de junho, a vários locais do concelho de Guimarães. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação no XIX Encontro Anual dos Tribunais Superiores, que inclui visitas pelos locais de maior interesse turístico e cultural do nosso concelho e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 29 de janeiro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário e ajudas de custo ao

motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – CASA DO POVO DE SERZEDELO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Serzedelo solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte das crianças no dia 07 de fevereiro, ao Paço dos Duques - Guimarães. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 04 de fevereiro de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL - CONTRATO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - REALIZAÇÃO DO JOGO DE ANDEBOL PORTUGAL X FRANÇA - QUALIFICAÇÃO PARA O CAMPEONATO DA EUROPA – Presente a seguinte proposta: “O andebol é uma das principais modalidades desportivas praticadas em Guimarães, com um grande passado desportivo em que a formação foi sempre um dos seus principais vetores do desenvolvimento da modalidade ao longo de mais de cinquenta anos. Nos últimos trinta anos foram realizados em Guimarães várias provas integradas em Campeonatos do Mundo e Europeus de Andebol, bem como outros encontros com a nossa Seleção Nacional. Reconhecendo a importância da organização de grandes eventos como fator de desenvolvimento da modalidade, na promoção do Município de Guimarães enquanto destino turístico e desportivo e de estilos de vida ativa e saudável, a Câmara Municipal de Guimarães associa-se em regime de parceria à Federação de Andebol de Portugal na organização do jogo Portugal x França, fundamental para a Qualificação para o Campeonato da Europa. Assim sendo, nos termos



da alínea u), do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 3, do art.º 46º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e considerando, ainda os nos. 3 e 6 do art.º 6º, ambos do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportiva de Guimarães é submetido ao executivo camarário para deliberação, a minuta do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, em anexo, com vista à organização, do jogo de andebol." A minuta do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO – CLUBE DESPORTIVO DE PONTE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: "O Clube Desportivo de Ponte solicitou, a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte a equipa sénior no dia 27 de janeiro, a Guilhofrei. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa sénior numa eliminatória da taça da Associação de Futebol de Braga e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 15 de janeiro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado." **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

O Presidente da Câmara informou que a próxima reunião de Câmara será descentralizada, realizando-se na Freguesia de Urgezes, considerando-se devidamente convocados todos os membros do Órgão Executivo presentes nesta reunião. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU

POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A
PRESENTE ATA. -----

Assinatura Secretário.
Francinete S. K. e